



**PARECER PRÉVIO Nº 2/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11521/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Nhamundá.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Gledson Hadson Paulain Machado.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5125/2017-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.2223/2226).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2015.

*Desaprovação das Contas Anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelos arts. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal de Contas:

- 10.1- Emite Parecer Prévio**, recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **Desaprovação das Contas Anuais** do Chefe do Poder Executivo do Município de Nhamundá, exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Gledson Hadson Paulain Machado**, na qualidade de Agente Político, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127, da CE/89, com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 3º da Resolução nº 09/97.



**PARECER PRÉVIO Nº 2/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.2 – Determinar** à Câmara Municipal de Nhamundá o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico, do Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas.

**11- Ata:** 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Fevereiro de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELO**

Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**

Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Conselheiro Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 2/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11521/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Nhamundá.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Ordenador de Despesa, à época.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5125/2017-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.2223/2226).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Alcance. Prazo. Comunicado. Multa. Autorização. Conhecimento. Representação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1 – **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Gledson Hadson Paulain Machado**, na condição de Ordenador das Despesas, nos termos das alíneas “b” e “c” do inc. III do art.22 c/c o art.25 da LO/TCE;
- 10.2 – **Julgar em Alcance** o **Sr. Gledson Hadson Paulain Machado**, ex-prefeito de Nhamundá, nos moldes do art. 305, da Resolução nº 04/2002-R/TCE, no montante de **R\$ 3.374.667,89** (três milhões trezentos e setenta e quatro mil seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos, devido às restrições não sanadas, conforme itens da DICAMI (III.1 – R\$ 24752,82, III.2 – R\$ 1.304.827,90, III.5 – R\$ 62674,48 e III.7 – R\$ 415.984,00 e IV.1 – R\$ 1.566.428,69), transcritos na fundamentação do Relatório/Voto;



**ACÓRDÃO Nº 2/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.3 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor dos débitos aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96) com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM);

**10.4 - Comunicar** ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento dos valores das condenações, ex vi o art.173 da Res. nº04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, os valores dos débitos deverão ser inscritos na Dívida Ativa Municipal, seguido das imediatas cobranças judiciais, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

**10.5 - Aplicar Multa** ao responsável no valor de;

**a) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais),** nos termos do art. 54, II da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, IV da Resolução 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal, referente aos itens 1.1, 1.2, 1.5, 1.6, 1.8, 1.9, 1.11, 2.1, 2.2, 2.5, 2.6, 2.7, 2.10, 3.1, 3.2, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.8, 3.11, 4.1, 4.2, 4.5, 4.6, 4.7, 4.9, 5.1, 5.2, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.10, 6.1, 6.2, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 6.10, 7.1, 7.2, 7.5, 7.6, 7.7, 7.9, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, elencados pela DICOP, itens I. 1 até I. 20 e II.1 até II.7 apontados pela DICAMI, transcritos na fundamentação do Relatório/Voto;

**b) R\$ 4.384,12 (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos),** nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, por atos de gestão de que resulte injustificado dano ao erário, pelas restrições apontadas nos itens elencados pela DICAMI (III. 1, III. 2, III. 5, III. 7 e IV. 1), transcritos na fundamentação do Voto;

**10.6 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** ao responsável, para o recolhimento aos cofres públicos estaduais dos valores referentes às MULTAS aplicadas ao mesmo, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, II e III da Lei Estadual nº 2423/96 e art. 169, I, da Resolução nº 04/02-TCE;

**10.7- Autorizar** desde já a instauração da cobrança executiva e posterior inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, como versa o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 2/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.8 – Dar Conhecimento** ao atual chefe do Poder Executivo Municipal das impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópias das manifestações das Unidades Técnicas e Parecer Ministerial, determinando o cumprimento das Recomendações e Determinações listadas;

**10.9 - Representar** ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias;

**10.10 - Comunicar** à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com fulcro no art. 2º da Lei nº 11.457/2007 sobre a divergência detectada pela Comissão de Inspeção, conforme itens III. 3, III. 4 e III. 6, transcritos na fundamentação deste Voto.

**11- Ata:** 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Fevereiro de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Auditor- convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral